



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

ORGÃO GERENCIADOR:

**Secretário Municipal de Obras e Serviços
Públicos**

ÓRGÃO PARTICIPANTE:

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ÓRGÃO PARTICIPANTE:

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concerning às contratações públicas, em especial ao Art. 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os parâmetros para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para construção da Rua Projetada que liga a Rua Dr. Ney Fortuna à Rua João Guimarães em Trajano de Moraes, em atendimento em conjunto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a Gestão Municipal de Convênios e Contratos.

01 – DO OBJETO

01 - Constitui-se objeto desta licitação a contratação de empresa para a construção da Rua Projetada que liga a Rua Dr. Ney Fortuna à Rua João Guimarães em Trajano de Moraes (sede).

02 – DA JUSTIFICATIVA / DA FINALIDADE

02.1 - A justificativa para elaboração desta licitação é baseada na necessidade da construção da Rua Projetada, visto que há grande necessidade de viabilizar e melhorar o acesso ao Hospital, em virtude de só existir uma rua de acesso ao local. A pavimentação trará melhoria no trânsito da região, trazendo segurança a população.

03 – DO LOCAL (DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS)

A licitante vencedora deverá realizar os serviços da construção da Rua Projetada em Trajano de Moraes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



04 – VALOR ESTIMADO

4.1 – Segue em anexo planilha orçamentária.

RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO: ALEIR DA SILVA MUNIZ – ENGENHEIRO CIVIL – CREA 2004103960

4.2 – O valor estimado deste termo é de **R\$ 508.406,42 (quinhentos e oito mil, quatrocentos e seis reais, e quarenta e dois centavos)**, sendo que constitui mera previsão dimensionada, não estando a Gestão obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não uso total do valor registrado.

05 – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do serviço deste termo, ficará a cargo do titular do setor de gestão municipal de convênios e contratos requisitante, que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

5.2 – A fiscalização da execução de todas as fases e etapas dos serviços se incumbirá através da Gestão Municipal de Convênios e Contratos sendo o fiscal de obra o Engenheiro Civil **Aleir da Silva Muniz – Crea 2004103960**, ficando responsável pelo teor, a qualidade dos materiais e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias e como fiscal de contratos _____ – MATRÍCULA _____.

5.3 – Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos e ou entrega de bens assim exigirem.

06 – DO PERÍODO DA EXECUÇÃO

6.1 – O período imediato para execução do objeto deste Termo de Referência/Projeto Básico deverá ser de **03 (três) meses**, conforme cronograma físico-financeiro constante no mesmo, iniciando-se a contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da **Ordem de Serviço** para o Início da Execução Contratual.

07 – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

7.1 – Empenho global, com pagamento mediante cronograma de desembolso e o boletim de medição dos serviços realizados e aceitos pela fiscalização. A contratada deverá apresentar a guia de ART ou RRT e seu recolhimento no início da obra e o diário de obras atualizado para a efetuação das medições. Cada medição pleiteada deverá ser obrigatoriamente entregue ao fiscal designado, para análise e aprovação prévia com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista; para posterior emissão da medição aprovada e da nota fiscal para faturamento.

O pagamento será efetuado conforme as medições, devendo esse ser acompanhado da respectiva nota fiscal e/ou fatura devidamente certificada pelo responsável legal (secretário, diretor ou chefe de unidade), juntamente com a apresentação das certidões negativas de INSS, Regularidade do FGTS e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



7.2- Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

7.3 - Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

7.4 – Caberá a Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) a averiguação da disponibilidade financeira para efetuar o pagamento.

7.5 – A licitante que vier a ser contratada, deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva em parcelas estimadas conforme disposto no Cronograma Físico-Financeiro, relativa ao período de adimplemento de cada parcela.

7.6 – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos direcionados a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES – CNPJ nº 29.115.441/0001-10**, endereço Praça Waldemar Magalhães nº 01 – Centro – Trajano de Moraes RJ.

08 – DO CUSTO ESTIMADO / DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

8.1 – O preço ESTIMADO pela Administração para a execução do objeto é no valor de **R\$ 508.406,42 (quinhentos e oito mil, quatrocentos e seis reais, e quarenta e dois centavos)**, no período da execução, sendo o valor de 3 capelas mortuárias

8.2 –Para a composição do valor foi utilizada a Metodologia de Cálculo, conforme demonstrada na tabela em anexo.

8.3 –Os valores estão fundamentados pela Tabela EMOP.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 –Comunicar à licitante vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

9.2 –Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues ou executados fora da especificação deste Termo de Referência.

9.3 –Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos do artigo 74 da Lei Federal 8.666/93.

9.4 – Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **90 (noventa) dias**, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1–Comunicar a administração todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



10.2 – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça;

10.3 – Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

10.4 – É de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;

10.5 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.

11 - DAS PENALIDADES

As penalidades sujeitas à licitante vencedora inadimplente:

11.1 - Em caso de atraso na entrega do material objeto do presente Termo de Referência, nos dias, local e horário estipulado pela Secretaria será aplicada a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia por atraso injustificado, até o limite de 10% a ser calculada sobre o valor total do contrato;

11.2 - Não se aplica a multa referida no item 10.1, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material ou serviço.

11.3 - Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à empresa licitante contratada;

11.4 - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato poderá a Administração Municipal, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I. Advertência;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de até 2 (dois) anos;

11.5 - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

11.6 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma prevista da lei;

11.7 - As penalidades previstas neste tópico não excluem outras decorrentes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



12 – DO EDITAL/ CONVITE DA LICITAÇÃO (se for o caso)

12.1 – Os itens do Edital ou Convite da Licitação serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Procuradoria Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente Termo de Referência/Projeto Básico.

13– DO CONTRATO / DO ADITAMENTO DO CONTRATO

13.1 – As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato e Procuradoria Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 065/2017.

13.2 – Dar-se-á rescisão contratual das partes nos termos da aplicação do **Artigo 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

13.3 – O Gestor do Pedido poderá solicitar ao Ordenador de Despesa **ADITAMENTO CONTRATUAL** nos termos do **art. 57, 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

14 – DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)

14.1 – Fazem parte integrante do presente Termo, como se aqui estivessem transcritos os anexos abaixo:

A – Memo. com Solicitação

B – Termo de Referência (Construção da Rua Projetada)

C – Memória de Cálculo

D – Planilha Orçamentária

E – Cronograma Físico Financeiro

F – Projeto Arquitetônico Básico

15 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência;

Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 8.666/93.

João Alves Nogueira
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos